

Editorial

São muitos os problemas sociais que nos afligem. Não são novos, em sua maioria; mas todos, nas últimas décadas do século XX e nesses dois anos de um novo milênio, cresceram em extensão e profundidade.

Alguns têm significado de causa; outros de conseqüência. Muitos são derivados da falta de atendimento às necessidades básicas do indivíduo: educação, saúde, moradia, alimentação, trabalho, lazer, segurança afetiva e social. Outros têm origem na má distribuição de renda, na desagregação familiar, no desemprego, na paternidade e maternidade irresponsáveis.

Cinquenta milhões de brasileiros vivem abaixo da linha da pobreza, e a maior parte deles é constituída por crianças, adolescentes e jovens até 19 anos.

Vivemos diante de um preocupante e grave quadro, que faz aumentar a cada dia o exército de excluídos.

Neste quadro, há que registrar um fato auspicioso. Se de um lado os problemas sociais são antigos e se ampliaram, desafiando soluções para minimizá-los ou superá-los, de modo que se consiga salvar uma geração, abrindo-lhe estradas ou mesmo veredas para que possa viver e sobreviver condignamente o presente e ter perspectiva de futuro, de outro lado, houve uma significativa mudança no comportamento da sociedade, no que se refere ao pensar e ao fazer, com relação aos marginalizados pelos problemas sociais.

Durante muitos anos, havia um entendimento de que o responsável pela solução desses problemas, sobretudo aqueles que envolviam crianças, adolescentes e jovens, era o Estado e a sociedade dos incluídos assistia, meio anestesiada, à derrocada de milhões de crianças, não se sentindo responsável nem pensando o quanto era importante sua participação no esforço para mudar esse gravíssimo quadro.

Evidente que compete ao Estado prover as necessidades básicas, dando escola a todos e garantindo-lhes um ensino de qualidade; ampliando e melhorando os serviços de saúde, preventivos e terapêuticos; desenvolvendo um expressivo programa de habitação popular; ampliando as oportunidades de trabalho e oferecendo programas de educação profissional; desenvolvendo programas que garantam uma alimentação básica; ampliando as oportunidades de lazer; garantindo a segurança da população.

Hoje, a sociedade está participando do esforço para mudar o quadro social brasileiro e o está fazendo cada vez mais vigorosamente. Isto é que vem fazendo a diferença de uns anos para cá. A partir do início da década de 80, que marca a ampliação e a ação das organizações não-governamentais (ONG), um novo quadro se descortina diante de nossos olhos.

Inúmeras organizações vêm desenvolvendo programas de atendimento aos excluídos, sobretudo dirigidos às crianças e adolescentes, somando seus esforços aos dos governos, mudando o retrato social do Brasil, fazendo com que nossa infância e adolescência deixem de ser apenas um tema, para se transformarem em sujeitos de uma vida-cidadã.

Um outro registro importante e que faz a diferença entre uma postura ultrapassada e a atual natureza das ações desenvolvidas: os programas assistencialistas deram lugar aos programas educacionais.

Através do reforço da escolaridade, do esporte, das artes, da educação profissional, de programas culturais, milhares de crianças e adolescentes estão se preparando para a autonomia responsável, utilizando os alicerces para erguer, com segurança, o edifício do seu futuro, para viver plenamente uma vida-cidadã, orientados pelas ações educativas desenvolvidas por centenas de organizações não-governamentais e pelo Estado.

Há, ainda, algo que aprendemos nesses últimos anos e que também diferencia as ações de hoje das de ontem: a importância do envolvimento da família e da comunidade nos programas desenvolvidos. A família, para que participe e volte a assumir sua responsabilidade, intransferível, na educação e no encaminhamento de seus filhos; a comunidade, por ser o lugar onde a consciência, a participação e a coesão geram as melhores formas de trabalhar os problemas existentes.

São muitos, hoje, os programas oferecidos pela sociedade organizada, para mudar as condições de vida de nossas crianças e adolescentes carentes, além dos desenvolvidos pelos governos.

Chegou a hora, e já perdemos algum tempo, de avaliar todos esses programas. É indispensável que haja acompanhamento e avaliação das inúmeras ações desenvolvidas quer pelo Estado, quer pela Sociedade, para evitar a superposição de ações, a dispersão de recursos e para avaliar a eficiência e a eficácia dos mesmos. É preciso avaliar o impacto causado pelas ações centradas no esporte, nas artes, na profissionalização e em tantas outras áreas, no processo educativo, aqui entendido a escolaridade, a cultura, a educação profissional, o comportamento social, a ética, a moral, a cidadania.

A Fundação Cesgranrio, que tem um inarredável compromisso com a educação, está abrindo um novo vetor para a avaliação de programas sociais, além de apoiar alguns deles, consciente que é da obrigatoriedade de sua participação na batalha do resgate dos excluídos; convencida de que a educação é um poderoso meio de combate à pobreza e à exclusão; certa de que ao esforço do Estado há que se somar o da sociedade e, absolutamente convicta de que o registro e a avaliação das ações desenvolvidas são extremamente importantes para a definição de uma política para a área social que privilegie a coordenação das ações, a conjugação de esforços, a educação.

Com esta decisão, a Fundação Cesgranrio amplia seu espectro de atuação, participando das ações do denominado Terceiro Setor, que tem, sem dúvida, na educação, seu ponto de apoio para alavancar a gigantesca tarefa de mudar o retrato social do Brasil.

Carlos Alberto Serpa de Oliveira